



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ



PROVIMENTO Nº 001/2015

Estabelece instruções para a realização de revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos nos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, São Lourenço do Piauí, Anísio de Abreu, Bom Fim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, Jurema, São Braz do Piauí, Várzea Branca, Campo Maior, Nossa Senhora de Nazaré, Jatobá do Piauí, Sigefredo Pacheco, Barras, Boa Hora, Cabeceiras, Aroeira do Itaim, Dom Expedito Lopes, Germiniano, Santana do Piauí, São José do Piauí, Sussuapara, Corrente, Sebastião Barros, Altos, Colvaras, Pau D'Arco do Piauí, Pedro II, Domingos Mourão, Lagoa do São Francisco, Milton Brandão, União, Lagoa Alegre, Buriti dos Lopes, Bom Princípio do Piauí, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Castelo do Piauí, Buriti dos Montes, Juazeiro do Piauí, São João da Serra, Esperantina, Morro do Chapéu do Piauí, Bom Jesus, Currais, Redenção do Guruguê, Batalha, São João da Fronteira, São José do Divino, Brasileira, Cajazeiras do Piauí, Colônia do Piauí, Santa Rosa do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, São Miguel do Fidalgo, Alto Longá, Novo Santo Antônio, Manoel Emídio, Landri Sales, Antônio Almeida, Porto Alegre do Piauí, Campinas do Piauí, Floresta do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Valença, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Luzilândia, Madeiro, Joca Marques, Canto do Buriti, Brejo do Piauí, Pajeú do Piauí, Tamboril do Piauí, São Miguel do Tapuio, Assunção do Piauí, Amarante, Uruçuí, Miguel Alves, Palmeirais, Regeneração, Elesbão Veloso e Inhumã.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO**, Corregedor Regional Eleitoral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, IV, VI e X do art. 20 da Resolução TRE-PI nº 107, de 04 de julho de 2005, pelos incisos II, IV, VI e X do art. 8º da Resolução TSE nº 7.651, de 24 de agosto de 1965, e pelo art. 9º do Provimento nº 3-CGE, de 25 de março de 2015;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003, e na Resolução TSE nº 23.440, de 19 de março de 2015, que tratam dos procedimentos para realização de revisões de eleitorado com coleta de dados biométricos;

CONSIDERANDO a edição do Provimento CGE nº 3/2015, o qual estabelece prazo limite para a execução de revisões de eleitorado com coleta de dados biométricos pertinentes ao Projeto de Identificação Biométrica 2015-2016, torna pública relação de localidades a serem submetidas ao procedimento e dá outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer os procedimentos complementares para execução das atividades de revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos nos municípios do Estado do Piauí mencionados no Provimento CGE nº 3/2015; e

CONSIDERANDO que os provimentos emanados da Corregedoria Regional Eleitoral impõem aos Juizes Eleitorais o imediato e preciso cumprimento, por força do que dispõe o art. 13 da Resolução TSE nº 7.651/65;

RESOLVE:

Art. 1º. A revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos nos municípios do Estado do Piauí mencionados no Provimento CGE nº 3/2015 será realizada no Cartório da Zona Eleitoral respectiva nos seguintes períodos:

I – de 04/05/2015 (início) a 30/10/2015 (término), na sede da 6ª, 7ª, 13ª, 95ª e 96ª Zonas Eleitorais, abrangendo os municípios de Barras (6ª), Boa Hora (6ª), Cabeceiras (6ª), Campo Maior (7ª e 96ª), Jatobá do Piauí (7ª), Sigefredo Pacheco (7ª), Nossa Senhora de Nazaré (96ª), São Raimundo Nonato (13ª e 95ª), Coronel José Dias (13ª), Dom Inocêncio (13ª), São Lourenço do Piauí (13ª), Anísio de Abreu (95ª), Bom Fim do Piauí (95ª), Dirceu Arcoverde (95ª), Fartura do Piauí (95ª), Jurema (95ª), São Braz do Piauí (95ª) e Várzea Branca (95ª);

II – de 1º/07/2015 (início) a 17/12/2015 (término), na sede da 10ª, 12ª, 15ª, 16ª, 22ª, 32ª, 33ª, 34ª, 41ª, 45ª e 62ª Zonas Eleitorais, abrangendo os municípios de Aroeira do Itaim (10ª), Pedro II (12ª), Domingos Mourão (12ª), Lagoa do São Francisco (12ª), Milton Brandão (12ª), Bom Jesus (15ª), Currais (15ª), Redenção do Gurguéia (15ª), União (16ª), Lagoa Alegre (16ª), Corrente (22ª), Sebastião Barros (22ª), Altos (32ª), Colvaras (32ª), Pau D'Arco do Piauí (32ª), Buriti dos Lopes (33ª), Bom Princípio do Piauí (33ª), Caraúbas do Piauí (33ª), Caxingó (33ª), Castelo do Piauí (34ª), Buriti dos Montes (34ª), Juazeiro do Piauí (34ª), São João da Serra (34ª), Esperantina (41ª), Morro do Chapéu do Piauí (41ª), Batalha (45ª), Dom Expedito Lopes (62ª), Germiniano (62ª), Santana do Piauí (62ª), São José do Piauí (62ª) e Sussuapara (62ª);

III – de 03/11/2015 (início) a 21/03/2016 (término), na sede da 5ª, 8ª, 11ª, 14ª, 17ª, 18ª, 21ª, 27ª, 31ª, 36ª, 39ª, 42ª, 43ª, 48ª, 64ª, 67ª, 75ª, 78ª, 81ª, Zonas Eleitorais, abrangendo os municípios de Cajazeiras do Piauí (5ª), Colônia do Piauí (5ª), Santa Rosa do Piauí (5ª), São Francisco do Piauí (5ª), São João da Varjota (5ª), São Miguel do Fidalgo (5ª), Amarante (8ª), Brasileira (11ª), Uruçuí (14ª), Miguel Alves (17ª), Valença (18ª), Lagoa do Sítio (18ª), Novo Oriente do Piauí (18ª), São João da Fronteira (21ª), São José do Divino (21ª), Luzilândia (27ª), Madeiro (27ª), Joca Marques (27ª), Palmeirais (31ª), Canto do Buriti (36ª), Brejo do Piauí (36ª), Pajeú do Piauí (36ª), Tamboril do Piauí (36ª), São Miguel do Tapuio (39ª), Assunção do Piauí (39ª), Alto Longá (42ª), Novo Santo Antônio (42ª), Regeneração (43ª), Elesbão Veloso (48ª), Inhumas (64ª), Manoel Emídio (67ª),

Landri Sales (75ª), Antônio Almeida (78ª), Porto Alegre do Piauí (78ª), Campinas do Piauí (81ª), Floresta do Piauí (81ª) e Santo Inácio do Piauí (81ª).

Parágrafo único. Não haverá instalação de postos de revisão nem atendimento aos sábados, domingos e feriados, salvo mediante prévia autorização da Presidência deste Tribunal. (art. 7º, Provimento CGE nº 03/2015)

Art. 2º. A revisão do eleitorado nos municípios a que se refere este Provimento dar-se-á simultaneamente com o serviço ordinário de alistamento eleitoral, o qual passará automaticamente a ser realizado também mediante atualização dos dados cadastrais e coleta de fotografia digitalizada e, por meio de leitor óptico, das impressões digitais dos dez dedos – ressalvada impossibilidade física – e da assinatura digitalizada do eleitor. (art. 1º, *caput*, Res. TSE nº 23.440/2015).

§ 1º. Após a instalação dos kits biométricos e o treinamento dos servidores dos cartórios eleitorais pela Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, os serviços ordinários de alistamento eleitoral nos municípios das Zonas Eleitorais mencionadas no art. 1º, I a III, deste Provimento, independentemente do início do processo revisional, passarão imediatamente a ser realizados mediante coleta de dados biométricos.

§ 2º. A revisão de eleitorado com a coleta de dados biométricos será obrigatória a todos os eleitores, em situação regular ou liberada, inscritos nos municípios envolvidos ou para ele movimentados até 30 (trinta) dias antes do início dos respectivos trabalhos.

§ 3º. Os eleitores privados de direitos políticos somente estarão sujeitos à atualização dos dados cadastrais após comprovada a cessação do impedimento e regularizada a situação da inscrição.

Art. 3º. A revisão do eleitorado deverá ser presidida pelo Juiz Eleitoral da Zona do município submetido ao processo revisional, sendo que nos municípios de Campo Maior (7ª e 96ª) e São Raimundo Nonato (13ª e 95ª) a revisão será presidida pelo Juiz Coordenador da Central de Atendimento ao Eleitor. (Resolução TRE/PI nº 260/2013)

Art. 4º. A revisão deverá ser precedida de ampla divulgação, destinada a orientar o eleitor quanto aos locais e horários em que deverá se apresentar (§ 2º, art. 62, Res. TSE nº 21.538/2003).

Art. 5º. O Juiz Eleitoral fará publicar edital, por município a ser revisado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do início do processo revisional, conforme modelo do Anexo IV, para dar conhecimento da revisão aos eleitores cadastrados no município, convocando-os a se apresentarem, pessoalmente, em local, datas e horários definidos, a fim de procederem às revisões de suas inscrições. (arts. 62 e 63, Res. TSE nº 21.538/2003)

Parágrafo único. O edital de que trata este artigo deverá:

I – dar ciência aos eleitores de que:

a) é obrigatório o comparecimento à revisão, a fim de confirmarem seu domicílio, sob pena de cancelamento da inscrição, sem prejuízo das sanções cabíveis, se constatada irregularidade;

b) deverão comparecer munidos de documento de identidade, comprovante de domicílio e Título Eleitoral ou documento comprobatório da condição de eleitor ou, ainda, de terem requerido inscrição ou transferência para o Município, e CPF, se disponível.

II – indicar a data já estabelecida no art. 1º deste Provimento para o início e do término dos trabalhos revisionais; e

III – ser afixado no Fórum da Comarca, no Cartório Eleitoral, em repartições públicas do município a ser revisado e em locais de acesso ao público

em geral, dele se fazendo ampla divulgação, por um mínimo de três dias consecutivos, por meio da imprensa escrita, falada e televisada, se houver, e por quaisquer outros meios que possibilitem seu pleno conhecimento por todos os interessados, o que deverá ser feito sem ônus para a Justiça Eleitoral.

Art. 6º. A prova de identidade só será admitida se feita pelo próprio eleitor mediante apresentação de um ou mais dos seguintes documentos, dos quais se infira a nacionalidade brasileira (art. 5º, § 2º, Lei nº 7.444/85):

I – carteira de identidade ou carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional;

II – certificado de quitação do serviço militar;

III – certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil;

IV – instrumento público do qual se infira, por direito, ter o requerente a idade mínima de 16 (dezesseis) anos e do qual constem, também, os demais elementos necessários à sua qualificação. (art. 13 c/c art. 64, Res. TSE nº 21.538/2003)

Art. 7º. A comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo familiar, profissional, patrimonial ou comunitário no município a abonar a residência exigida.

§ 1º. Na hipótese de ser a prova de domicílio feita mediante apresentação de contas de luz, água ou telefone, nota fiscal ou envelopes de correspondência, estes deverão ter sido, respectivamente, emitidos ou expedidos no período compreendido entre os 12 (doze) e 3 (três) meses anteriores ao início do processo revisional.

§ 2º. Na hipótese de ser a prova de domicílio feita mediante apresentação de cheque bancário, este só poderá ser aceito se dele constar o endereço do correntista.

§ 3º. O Juiz Eleitoral poderá, se julgar necessário, exigir o reforço, por outros meios de convencimento, da prova de domicílio quando produzida pelos documentos elencados nos §§ 1º e 2º.

§ 4º. Subsistindo dúvida quanto à idoneidade do comprovante de domicílio apresentado ou ocorrendo a impossibilidade de apresentação de documento que indique o domicílio do eleitor, declarando este, sob as penas da lei, que tem domicílio no município, o juiz eleitoral decidirá de plano ou determinará as providências necessárias à obtenção da prova, inclusive por meio de verificação *in loco*. (art. 65, Res. TSE nº 21.538/2003).

Art. 8º. A revisão de eleitorado ficará submetida ao direto controle do Juiz Eleitoral e à fiscalização do representante do Ministério Público que officiar perante o Juízo Eleitoral respectivo.

Art. 9º. O Juiz Eleitoral deverá dar conhecimento aos partidos políticos da realização da revisão, facultando-lhes o acompanhamento e a fiscalização de todo o trabalho, na forma prevista nos arts. 27 e 28 da Resolução TSE nº 21.538/2003.

Art. 10. Para a efetivação dos procedimentos de coleta de dados biométricos no serviço ordinário de alistamento eleitoral e na revisão de eleitorado nos municípios relacionados neste Provimento serão utilizadas, no Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE), em modelo disponível no Sistema Elo, as operações de alistamento, revisão, transferência e segunda via, conforme o caso, observadas as regras fixadas na Resolução TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003. (art. 7º, *caput*, Res. TSE nº 23.440/2015)

§ 1º. Os eleitores que possuam dados biométricos coletados que

requererem operações de revisão, transferência ou segunda via, estarão desobrigados de efetuar uma nova coleta, desde que satisfeitos os requisitos de qualidade exigidos. (§ 1º, art. 7º, Res. TSE nº 23.440/2015)

§ 2º. Não serão utilizados, para as revisões de eleitorado de que cuida este Provimento, os cadernos previstos no art. 61 da Res. TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003, servindo as assinaturas digitalizadas ou apostas no formulário RAE e no respectivo protocolo de entrega de título eleitoral (PETE) como comprovante de comparecimento do eleitor. (art. 10, Res. TSE nº 23.440/2015)

Art. 11. No momento do atendimento ao eleitor admitido à revisão de eleitorado, deverá ser providenciada a atualização dos dados constantes do cadastro eleitoral e coleta de fotografia digitalizada e, por meio de leitor óptico, das impressões digitais dos dez dedos, ressalvada impossibilidade física, e da assinatura digitalizada do eleitor, observados os seguintes procedimentos (art. 5º da Res. TSE nº 23.440/2015 c/c art. 69 da Res. TSE nº 21.538/2003):

I – o servidor designado pelo juiz eleitoral procederá à conferência dos dados contidos no RAE com os documentos apresentados pelo eleitor;

II – comprovados a identidade e o domicílio eleitoral, o servidor exigirá do eleitor a coleta de seus dados biométricos e que aponha sua assinatura digitalizada ou impressão digital de seu polegar, se não souber assinar, no RAE e no protocolo de entrega de título eleitoral (PET), e entregar-lhe-á o novo título, documento este comprobatório de comparecimento à revisão;

III – o eleitor que não apresentar o título eleitoral deverá ser submetido à revisão, desde que comprove a identidade e o domicílio eleitoral e que seu nome conste do cadastro eleitoral;

IV – o eleitor que não comprovar sua identidade e o seu domicílio eleitoral, bem como aquele que não comparecer à revisão não receberá o comprovante revisional e poderá ter sua inscrição cancelada.

Art. 12. Serão objeto de registro, no cadastro eleitoral, além dos dados referidos no art. 11, *caput*, deste Provimento, o número e a origem do documento de identificação do eleitor, mediante apresentação da respectiva documentação comprobatória e, quando disponível, seu Cadastro de Pessoa Física (CPF). (art. 6º, Res. TSE nº 23.440/2015)

Art. 13. Os eleitores impedidos de obter quitação eleitoral em decorrência de restrições que não afetem o exercício do voto serão admitidos à revisão de eleitorado, desde que comprovados a identidade e o domicílio eleitoral, e estarão habilitados à formalização de Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE) e à coleta de dedos biométricos. (art. 2º, Res. TSE nº 23.440/2015)

§ 1º. Constituem, para os fins do *caput* deste artigo, restrições à quitação eleitoral não impeditivas do exercício do voto:

I – irregularidades na prestação de contas (códigos de ASE 230 e 272, motivo/forma 2);

II – multas aplicadas por decisão definitiva da Justiça Eleitoral e não remetidas (código de ASE 264);

III – inabilitação para o exercício de função pública (código de ASE 515);

IV – inelegibilidades (código de ASE 540).

§ 2º. Excluem-se da previsão constante deste artigo as restrições decorrentes de ausência às urnas (código de ASE 094) e de não atendimento a convocações para auxiliar os trabalhos eleitorais (código de ASE 442), em relação às quais se impõe prévia quitação dos débitos correspondentes ou dispensa de recolhimento das multas, em razão de insuficiência econômica do eleitor.

§ 3º. Na hipótese do *caput* deste artigo, o Sistema Elo possibilitará o processamento da operação, de forma a impedir o cancelamento da inscrição ao final dos trabalhos revisionais, vedando, todavia, a inativação dos débitos registrados no cadastro e a emissão do título de eleitor, considerada a ausência de quitação com a Justiça Eleitoral (art. 26, Res. TSE nº 21.538/2003).

§ 4º. Não se aplicará a vedação de emissão de título de eleitor prevista no parágrafo anterior (§ 3º), a requerentes quites com as obrigações eleitorais titulares de inscrições que tenham registro de irregularidade na prestação de contas e de multa eleitoral nas hipóteses de:

I – desaprovação de contas (ASE 230, motivos/formas 3 e 4);

II – multa submetida a parcelamento, desde que comprovado o adimplemento das parcelas vencidas (ASE 264).

Art. 14. Os trabalhos revisionais encerrar-se-ão às 19 horas dos dias consignados no art. 1º, I a III, deste Provimento para o término de cada processo revisional.

§ 1º. Existindo, na ocasião do encerramento dos trabalhos, eleitores aguardando atendimento, será providenciada a distribuição de senhas aos presentes, adotando-se o modelo previsto no Anexo V deste Provimento, recolhendo-se os respectivos títulos eleitorais, caso existam, para que seja concluído o atendimento nos dias úteis seguintes, conforme ordem de chegada.

§ 2º. Na finalização do atendimento a que se refere o parágrafo anterior, deverão as senhas serem anexadas aos respectivos Requerimentos de Alistamento Eleitoral – RAE.

Art. 15. Concluídos os trabalhos de revisão e ouvido o Ministério Público Eleitoral no prazo de três dias, o Juiz Eleitoral deverá determinar o cancelamento das inscrições irregulares e daquelas cujos eleitores não tenham comparecido, mediante comando do código de ASE 469, adotando as medidas legais cabíveis, em especial quanto às inscrições consideradas irregulares, situações de duplicidade ou pluralidade e indícios de ilícito penal a exigir apuração. (art. 73, *caput*, Res. TSE nº 21.538/2003 c/c art. 3º, *caput*, Res. TSE nº 23.440/2015)

§ 1º. Não serão canceladas, nos termos do *caput*, as inscrições (art. 3º, parágrafo único, I a IV, Res. TSE nº 23.440/2015):

I – atribuídas a eleitores que tenham requerido operação de alistamento, revisão ou transferência, no período compreendido entre a reabertura do cadastro após a eleição anterior de mesma espécie (geral ou municipal) e o início dos trabalhos de revisão, desde que submetidos, na oportunidade, à coleta de dados biométricos;

II – pertinentes ao período de abrangência das revisões de eleitorado de que trata este Provimento que forem submetidas a operações de transferência;

III – atribuídas a eleitores já identificados biometricamente, desde que dispensados do comparecimento ao cartório eleitoral pela norma que determinar o procedimento revisional e atendidos os requisitos de qualidade dos dados biométricos.

IV – que tiverem registrado em seu histórico no cadastro eleitoral o código de ASE 396, motivo/forma 4, alusivo a deficiência que impossibilite ou tome extremamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais.

§ 2º. O cancelamento das inscrições de que trata o *caput* somente deverá ser efetivado no sistema após a homologação da revisão pelo Tribunal Regional Eleitoral. (parágrafo único, art. 73, Res. TSE nº 21.538/2003)

Art. 16. Serão autuados tantos processos quantos forem os municípios abrangidos pela revisão.

Art. 17. A sentença de cancelamento deverá ser única para cada município abrangido pela revisão e prolatada no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do retorno dos autos do Ministério Público. (art. 74, *caput*, Res. TSE nº 21.538/2003)

§ 1º. A sentença de que trata o *caput* deste artigo deverá (§1º, art. 74, Res. TSE nº 21.538/2003):

I – relacionar todas as inscrições que serão canceladas no município;

II – ser publicada a fim de que os interessados e, em especial, os eleitores cancelados, exercendo a ampla defesa, possam recorrer da decisão.

§ 2º. Contra a sentença de cancelamento caberá, no prazo de três dias, contados da publicação, o recurso previsto no art. 80 do Código Eleitoral e serão aplicáveis as disposições do art. 257 do mesmo diploma legal. (§2º, art. 74, Res. TSE nº 21.538/2003)

§ 3º. No recurso a que se refere o parágrafo anterior deste artigo, os interessados deverão especificar a inscrição questionada, relatando fatos e fornecendo provas, indícios e circunstâncias ensejadoras da alteração pretendida.

§ 4º. Interposto o recurso de que trata o § 2º deste artigo, o Juiz Eleitoral determinará sua autuação em autos apartados, os quais deverão ser instruídos com cópia da sentença e demais peças necessárias ao seu julgamento. (parágrafo único, art. 75, Res. TSE nº 21.538/2003)

§ 5º. Antes de determinar a remessa dos recursos ao Tribunal Regional Eleitoral, o Juiz Eleitoral exercerá o juízo de retratação, mantendo ou reformando as decisões recorridas. (§2º, art. 74, c/c parágrafo único, art. 75, Res. TSE nº 21.538/2003)

Art. 18. Concluídas as revisões de eleitorado com coleta de dados biométricos e transcorrido o prazo recursal, o Juiz Eleitoral revisor fará minucioso relatório, por município, dos trabalhos desenvolvidos, juntando-o aos autos do processo de revisão respectivo e remetendo-os, imediatamente, à Corregedoria Regional Eleitoral. (art. 75, *caput*, Res. TSE nº 21.538/2003)

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Juiz Eleitoral fazer juntar aos autos da revisão de eleitorado relatório sintético das operações de RAE realizadas, extraído a partir do Sistema Elo. (parágrafo único, art. 10, Res. TSE nº 23.440/2015)

Art. 19. Ouvido o Ministério Público e apreciado o relatório a que se refere o art. 18 deste Provimento, o Corregedor Regional Eleitoral (art. 76, I e II, Res. TSE nº 21.538/2004):

I – indicará providências a serem tomadas, se verificar a ocorrência de vícios comprometedores à validade ou à eficácia dos trabalhos;

II – submetê-lo-á ao Pleno do Tribunal Regional Eleitoral, para homologação, se entender pela regularidade dos trabalhos revisionais, sempre em original,

Art. 20. Após a homologação da revisão eleitoral pela Corte Regional, o Juiz Eleitoral será comunicado da decisão para tomar as providências relativas ao cancelamento das inscrições, por meio lançamento da Atualização da Situação do Eleitor ASE, utilizando o Código 469 – revisão do eleitorado.

Art. 21. Os eleitores que procurarem os cartórios eleitorais dos municípios submetidos a revisões de eleitorado, no período compreendido entre o término do prazo para confirmação de domicílio eleitoral e o efetivo cancelamento das respectivas inscrições no cadastro, deverão ser orientados a solicitar a

formalização de Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE), com operação de revisão, instruindo o pedido com a documentação necessária à sua apreciação pelo Juiz Eleitoral, para fins de deferimento ou não da respectiva operação. (art. 2º, §§ 1º e 2º, Provimento CGE nº 03/2015)

§ 1º. O processamento dos requerimentos de que trata o *caput* deste artigo será suspenso pelo Sistema Elo, mediante a inclusão da operação em banco de erros, com a mensagem "OPERAÇÃO NÃO EFETUADA – REVISÃO DE ELEITORADO - PRAZO ULTRAPASSADO", até que ocorra a atualização do cancelamento no cadastro (código de ASE 469).

§ 2º. Concluídos os procedimentos para cancelamento das inscrições, o cartório eleitoral deverá providenciar o fechamento do banco de erros e submeter os documentos a novo processamento, a partir do qual as operações requeridas serão efetivadas no cadastro eleitoral.

Art. 22. A Corregedoria Regional Eleitoral registrará, em ambiente específico do Sistema Elo, as datas de término do procedimento de revisão de eleitorado e de efetivo cancelamento das inscrições no cadastro, relativos aos municípios envolvidos, a fim de viabilizar a última das medidas previstas no § 2º do art. 21 deste Provimento. (art. 3º, Provimento CGE nº 03/2015)

Art. 23. As inscrições pertinentes ao período de abrangência das revisões de eleitorado submetidas a operações de transferência regularmente deferidas e processadas não serão objeto de cancelamento após a conclusão dos respectivos trabalhos. (art. 4º, Provimento CGE nº 03/2015 c/c art. 3º, parágrafo único, II, Res. TSE nº 23.440/2015)

Art. 24. Encerrado o período da revisão e efetivado o cancelamento no cadastro, fica autorizado o deferimento de novo alistamento para eleitor com inscrição cancelada pelos códigos de ASE 019 (cancelamento - falecimento), 027 (cancelamento automático pelo sistema - duplicidade/pluralidade), 035 (cancelamento - ausência às urnas nos três últimos pleitos) ou 469 (cancelamento - revisão de eleitorado) que, inexistindo outra restrição à quitação eleitoral, figurar em uma ou mais das situações descritas no § 1º do art. 13 deste Provimento, observados os seguintes procedimentos (art. 6º, I a III, Provimento CGE nº 03/2015 c/c § 1º, art. 2º, Res. TSE nº 23.440/2015):

I – o deferimento de novo alistamento demandará prévia comprovação de domicílio eleitoral pelo requerente;

II – a decisão que autorizar a adoção de providência de que cuida o *caput* deste artigo deverá determinar a efetivação do comando do código de ASE 450 (cancelamento - sentença de autoridade judiciária), com motivo/forma 4, para a(s) inscrição(ões) cancelada(s) em nome do eleitor;

III – promovido novo alistamento, deverá ser comandado o código de ASE correspondente à causa de restrição à quitação eleitoral no histórico da nova inscrição, aplicando-se a vedação de emissão de título de eleitor, observada a ressalva contida no § 2º do art. 13 deste Provimento.

Art. 25. A revisão do eleitorado com coleta de dedos biométricos de que trata este Provimento observará as normas específicas contidas nas Resoluções TSE nº 23.440/2015 e nº 21.538/2003, no Provimento CGE nº 03/2015, e nos demais provimentos complementares a serem oportunamente expedidos pela Corregedoria Geral Eleitoral e pela Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí.

Art. 26. A Corregedoria Regional Eleitoral exercerá supervisão, orientação e fiscalização direta do exato cumprimento das instruções relativas aos procedimentos de atualização cadastral mediante revisão do eleitorado com coleta de dados por identificação biométrica, podendo, a qualquer momento,

independentemente de prévia comunicação ao Juízo Eleitoral, deslocar-se às Zonas Eleitorais dos municípios submetidos ao processo revisional.

Art. 27. Em caso de dúvidas na execução dos trabalhos revisionais, caberá ao Juiz Eleitoral revisor suscitá-las perante a Corregedoria Regional Eleitoral, para orientações e esclarecimentos pertinentes.

Art. 28. As questões administrativas deverão ser dirigidas à Presidência deste Tribunal, mormente no que tange às instalações físicas, servidores requisitados ou contratados, bem como recursos orçamentários.

Art. 29. A Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal realizará acompanhamento estatístico do atendimento de eleitores e prestará o assessoramento devido no que tange ao uso dos kits biométricos e problemas operacionais.

Art. 30. Os procedimentos de que cuida este Provimento observarão os prazos constantes de seus Anexos I, II e III, observadas as demais regras aqui contidas.

Art. 31. Não haverá alteração tampouco prorrogação do prazo estabelecido para a realização da revisão, sob pena de comprometimento da eleição vindoura.

Art. 32. Os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor Regional Eleitoral.

Art. 33. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Teresina-PI, 07 de abril de 2015.

Desembargador  **JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO**
Corregedor Regional Eleitoral

ANEXO I

(do Provimento CRE/PI nº 001/2015)

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA AS REVISÕES DO ELEITORADO COM COLETA DE DADOS BIOMÉTRICOS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO RAIMUNDO NONATO, CORONEL JOSÉ OIAS, DOM INOCÊNCIO, SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ, ANÍSIO DE ABREU, BOM FIM DO PIAUÍ, DIRCEU ARCOVERDE, FARTURA DO PIAUÍ, JUREMA, SÃO BRAZ DO PIAUÍ, VÁRZEA BRANCA, CAMPO MAIOR, NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, JATOBÁ DO PIAUÍ, SIGEFREDO PACHECO, BARRAS, BOA HORA E CABECEIRAS/PI.

**29 de abril de 2015
(quarta-feira)**

Último dia para a publicação do Edital de convocação dos eleitores para comparecimento à revisão de eleitorado nas localidades acima mencionadas. (antecedência mínima de 05 dias do início do processo revisional)

**4 de maio de 2015
(segunda-feira)**

Data limite para início dos trabalhos de revisão de eleitorado nas localidades acima mencionadas.

**30 de outubro de 2015
(sexta-feira)**

Prazo final para realização da revisão de eleitorado nas localidades acima mencionadas.

**5 de novembro de 2015
(quinta-feira)**

1. Último dia para o envio dos lotes de formulários RAE, inclusive os diligenciados, ao Tribunal Superior Eleitoral.
2. Data limite para envio dos autos ao Ministério Público Eleitoral.

**9 de novembro 2015
(segunda-feira)**

Data limite para devolução dos autos pelo Ministério Público.



19 de novembro de 2015
(quinta-feira)

Data limite para prolação e publicação da sentença pelo Juiz Eleitoral revisor.

23 de novembro de 2015
(segunda-feira)

Prazo final para interposição de recursos.

26 de novembro de 2015
(quinta-feira)

1. Prazo final para remessa dos recursos eventualmente interpostos à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.
2. Prazo final para remessa dos autos do processo de revisão à Corregedoria Regional Eleitoral, juntamente com o relatório final dos trabalhos.

7 de dezembro de 2015
(segunda-feira)

Data limite para homologação dos procedimentos de revisão de eleitorado pelo Pleno do Tribunal Regional Eleitoral.

10 de dezembro de 2015
(quinta-feira)

Último dia para atualização dos códigos ASE 469 no cadastro eleitoral, para efetivo cancelamento das inscrições.

14 de dezembro de 2015
(segunda-feira)

Último dia para o fechamento do Banco de Erros referentes aos formulários RAE a que se refere o art. 2º, §§1º e 2º, do Provimento CGE nº 3/2015.



ANEXO II

(do Provimento CRE/PI nº 001/2015)

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA AS REVISÕES DO ELEITORADO COM COLETA DE DADOS BIOMÉTRICOS NOS MUNICÍPIOS DE AROEIRA DO ITAIM, DOM EXPEDITO LOPES, GERMINIANO, SANTANA DO PIAUÍ, SÃO JOSÉ DO PIAUÍ, SUSSUAPARA, CORRENTE, SEBASTIÃO BARROS, ALTOS, COIVARAS, PAU D'ARCO DO PIAUÍ, PEDRO II, DOMINGOS MOURÃO, LAGOA DO SÃO FRANCISCO, MILTON BRANDÃO, UNIÃO, LAGOA ALEGRE, BURITI DOS LOPES, BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ, CARAÚBAS DO PIAUÍ, CAXINGÓ, CASTELO DO PIAUÍ, BURITI DOS MONTES, JUAZEIRO DO PIAUÍ, SÃO JOÃO DA SERRA, ESPERANTINA, MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ, BOM JESUS, CURRAIS, REDENÇÃO DO GURGUÉIA E BATALHA /PI.

**25 de junho de 2015
(quinta-feira)**

Último dia para a publicação do Edital de convocação dos eleitores para comparecimento à revisão de eleitorado nas localidades acima mencionadas. (antecedência mínima de 05 dias do início do processo revisional)

**1º de julho de 2015
(quarta-feira)**

Data limite para início dos trabalhos de revisão de eleitorado nas localidades acima mencionadas.

**17 de dezembro de 2015
(quinta-feira)**

Prazo final para realização da revisão de eleitorado nas localidades acima mencionadas.

**11 de janeiro de 2016
(segunda-feira)**

1. Último dia para o envio dos lotes de formulários RAE, inclusive os diligenciados, ao Tribunal Superior Eleitoral.
2. Data limite para envio dos autos ao Ministério Público Eleitoral.



14 de janeiro 2016
(quinta-feira)

Data limite para devolução dos autos pelo Ministério Público Eleitoral.

25 de janeiro de 2016
(segunda-feira)

Data limite para prolação e publicação da sentença pelo Juiz Eleitoral revisor.

28 de janeiro de 2016
(quinta-feira)

Prazo final para interposição de recursos.

1º de fevereiro de 2016
(segunda-feira)

1. Prazo final para remessa dos recursos eventualmente interpostos à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.
2. Prazo final para remessa dos autos do processo de revisão à Corregedoria Regional Eleitoral, juntamente com o relatório final dos trabalhos.

15 de fevereiro de 2016
(segunda-feira)

Data limite para homologação dos procedimentos de revisão de eleitorado pelo Pleno do Tribunal Regional Eleitoral.

18 de fevereiro de 2016
(quinta-feira)

Último dia para atualização dos códigos ASE 469 no cadastro eleitoral, para efetivo cancelamento das inscrições.

22 de fevereiro de 2016
(segunda-feira)

Último dia para o fechamento do Banco de Erros referentes aos formulários RAE a que se refere o art. 2º, §§1º e 2º, do Provimento CGE nº 3/2015.



ANEXO III

(do Provimento CRE/PI nº 001/2015)

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA AS REVISÕES DO ELEITORADO COM COLETA DE DADOS BIOMÉTRICOS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA, SÃO JOSÉ DO DIVINO, BRASILEIRA, CAJAZEIRAS DO PIAUÍ, COLÔNIA DO PIAUÍ, SANTA ROSA DO PIAUÍ, SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ, SÃO JOÃO DA VARJOTA, SÃO MIGUEL DO FIDALGO, ALTO LONGÁ, NOVO SANTO ANTÔNIO, MANOEL EMÍDIO, LANDRI SALES, ANTÔNIO ALMEIDA, PORTO ALEGRE DO PIAUÍ, CAMPINAS DO PIAUÍ, FLORESTA DO PIAUÍ, SANTO INÁCIO DO PIAUÍ, VALENÇA, LAGOA DO SÍTIO, NOVO ORIENTE DO PIAUÍ, LUZILÂNDIA, MADEIRO, JOCA MARQUES, CANTO DO BURITI, BREJO DO PIAUÍ, PAJEÚ DO PIAUÍ, TAMBORIL DO PIAUÍ, SÃO MIGUEL DO TAPUIO, ASSUNÇÃO DO PIAUÍ, AMARANTE, URUÇUI, MIGUEL ALVES, PALMEIRAIS, REGENERAÇÃO, ELESBÃO VELOSO E INHUMA/PI.

29 de outubro de 2015

(quinta-feira)

Último dia para a publicação do Edital de convocação dos eleitores para comparecimento à revisão de eleitorado nas localidades acima mencionadas. (antecedência mínima de 05 dias do início do processo revisional)

03 de novembro de 2015

(terça-feira)

Data limite para início dos trabalhos de revisão de eleitorado nas localidades acima mencionadas.

21 de março de 2016

(segunda-feira)

Prazo final para realização da revisão de eleitorado nas localidades acima mencionadas.

28 de março de 2016

(segunda-feira)

1. Último dia para o envio dos lotes de formulários RAE, inclusive os diligenciados, ao Tribunal Superior Eleitoral.
2. Data limite para envio dos autos ao Ministério Público Eleitoral.

31 de março 2016
(quinta-feira)

Data limite para devolução dos autos pelo Ministério Público Eleitoral.

11 de abril de 2016
(segunda-feira)

Data limite para prolação e publicação da sentença pelo Juiz Eleitoral revisor.

14 de abril de 2016
(quinta-feira)

Prazo final para interposição de recursos.

18 de abril de 2016
(segunda-feira)

1. Prazo final para remessa dos recursos eventualmente interpostos à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.
2. Prazo final para remessa dos autos do processo de revisão à Corregedoria Regional Eleitoral, juntamente com o relatório final dos trabalhos.

25 de abril de 2016
(segunda-feira)

Data limite para homologação dos procedimentos de revisão de eleitorado pelo Pleno do Tribunal Regional Eleitoral.

27 de abril de 2016
(quarta-feira)

Último dia para atualização dos códigos ASE 469 no cadastro eleitoral, para efetivo cancelamento das inscrições.

28 de abril de 2016
(quinta-feira)

Último dia para o fechamento do Banco de Erros referentes aos formulários RAE a que se refere o art. 2º, §§1º e 2º, do Provimento CGE nº 3/2015.



ANEXO IV
(do Provimento CRE/PI nº 001/2015)
(MODELO DE EDITAL - REVISÃO DE ELEITORADO)

REVISÃO ELEITORAL DO MUNICÍPIO DE _____

EDITAL N.º ____/2015

O(A) EXMO(A). SR(A). DR(A). _____, JUIZ(A) ELEITORAL responsável pelos trabalhos revisionais no Município de _____, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto nas Resoluções TSE n.º 21.538/2003 e n.º 23.440/2015, no Provimento CGE n.º 03/2015 e no Provimento CRE-PI n.º 00Y/2015,

FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, será realizada REVISÃO DO ELEITORADO, com coleta de dados biométricos, no Município de _____, pertencente à(s) _____ Zona(s) Eleitoral(is) do Piauí, e que, para tanto, ficam os eleitores cientes e CONVOCADOS a:

1. COMPARECEREM, obrigatoriamente, à revisão a fim de confirmarem seu domicílio e realizarem coleta de dados biométricos, sob pena de cancelamento da inscrição daqueles que não se apresentarem, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, se constatada irregularidade;

2. Os eleitores deverão comparecer munidos de original de documento público de identidade, comprovante de domicílio eleitoral, original do Título Eleitoral, caso tenha, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, quando disponível;

2.1. A prova da identidade far-se-á pessoalmente pelo próprio eleitor mediante apresentação de um ou mais dos seguintes documentos, dos quais se infira a nacionalidade brasileira (art. 5º, § 2º, Lei nº 7.444/85): a) carteira de identidade ou carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional; b) certificado de quitação do serviço militar; c) certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil; d) instrumento público do qual se infira, por direito, ter o requerente a idade mínima de 16 (dezesseis) anos e do qual constem, também, os demais elementos necessários à sua qualificação. (art. 13 c/c art. 64, Res. TSE nº 21.538/2003)

2.2. O domicílio eleitoral poderá ser comprovado mediante apresentação de um ou mais documentos, sempre em original, dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo familiar, profissional, patrimonial ou comunitário no município, a exemplo de contas de luz, água ou telefone, nota fiscal, envelopes de correspondência, contracheque, cheque bancário, contrato de locação vigente e comprovante de matrícula em estabelecimento de ensino.

2.3. Na hipótese de ser a prova de domicílio feita mediante apresentação de contas de luz, água ou telefone, nota fiscal ou envelopes de correspondência,

estes deverão ter sido emitidos ou expedidos, respectivamente, no período compreendido entre os 12 (doze) e os 3 (três) meses anteriores ao início dos trabalhos revisionais. (Res. TSE n.º 21.538/2003, art. 65, § 1º)

2.4. Na hipótese de ser a prova de domicílio feita mediante apresentação de cheque bancário, este só poderá ser aceito se dele constar o endereço do correntista. (Res. TSE n.º 21.538/2003, art. 65, § 2º)

2.5. Subsistindo dúvida quanto à idoneidade do comprovante de domicílio apresentado ou ocorrendo a impossibilidade de apresentação de documento que indique o domicílio do eleitor, declarando este, sob as penas da lei, que tem domicílio no município sob revisão, o Juiz Eleitoral revisor decidirá de plano ou determinará as providências necessárias à obtenção da prova, inclusive por meio de verificação *in loco*. (Res. TSE n.º 21.538/2003, art. 65, § 4º)

3. Os eleitores serão atendidos no Fórum Eleitoral - Cartório Eleitoral da _____, localizado em _____, das _____ às _____ horas, entre os dias _____ e _____.









4. Os partidos políticos, devidamente constituídos, poderão, em conformidade com o art. 67 da Res. TSE n.º 21.538/2003, acompanhar e fiscalizar os trabalhos da revisão.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, expediu-se o presente editel, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), afixado no local de costume no Fórum da Comarca, no Cartório Eleitoral, em repartições públicas do Município submetido ao processo revisional e em locais de acesso ao público em geral, bem como divulgado pela imprensa escrita e falada, sem ônus para a Justiça Eleitoral. Dado e passado na cidade de _____, aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2015. Eu, _____, Secretário dos trabalhos revisionais, o digitei.

Juiz Eleitoral revisor



ANEXO V
(do Provimento CRE/PI nº 001/2015)
(MODELO DE SENHA - REVISÃO DE ELEITORADO)

<div style="text-align: center;"></div> <p style="text-align: center;">____ª Zona Eleitoral</p> <p>Nome: _____</p> <p>Certifico, para os devidos fins, que o portador da presente senha, teve iniciado o atendimento no Cartório Eleitoral nesta data, o qual não foi concluído durante o horário normal de expediente, em razão do adiantar da hora, devendo comparecer novamente a este Cartório em ____/____/____, nos termos do art. 11, da Resolução TSE nº 23.440/2015.</p> <p style="text-align: center;">Local, ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">_____ Chefe de Cartório Eleitoral</p>	<div style="text-align: center;"></div> <p style="text-align: center;">____ª Zona Eleitoral</p> <p>Nome: _____</p> <p>Certifico, para os devidos fins, que o portador da presente senha, teve iniciado o atendimento no Cartório Eleitoral nesta data, o qual não foi concluído durante o horário normal de expediente, em razão do adiantar da hora, devendo comparecer novamente a este Cartório em ____/____/____, nos termos do art. 11, da Resolução TSE nº 23.440/2015.</p> <p style="text-align: center;">Local, ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">_____ Chefe de Cartório Eleitoral</p>
<div style="text-align: center;"></div> <p style="text-align: center;">____ª Zona Eleitoral</p> <p>Nome: _____</p> <p>Certifico, para os devidos fins, que o portador da presente senha, teve iniciado o atendimento no Cartório Eleitoral nesta data, o qual não foi concluído durante o horário normal de expediente, em razão do adiantar da hora, devendo comparecer novamente a este Cartório em ____/____/____, nos termos do art. 11, da Resolução TSE nº 23.440/2015.</p> <p style="text-align: center;">Local, ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">_____ Chefe de Cartório Eleitoral</p>	<div style="text-align: center;"></div> <p style="text-align: center;">____ª Zona Eleitoral</p> <p>Nome: _____</p> <p>Certifico, para os devidos fins, que o portador da presente senha, teve iniciado o atendimento no Cartório Eleitoral nesta data, o qual não foi concluído durante o horário normal de expediente, em razão do adiantar da hora, devendo comparecer novamente a este Cartório em ____/____/____, nos termos do art. 11, da Resolução TSE nº 23.440/2015.</p> <p style="text-align: center;">Local, ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">_____ Chefe de Cartório Eleitoral</p>
<div style="text-align: center;"></div> <p style="text-align: center;">____ª Zona Eleitoral</p> <p>Nome: _____</p> <p>Certifico, para os devidos fins, que o portador da presente senha, teve iniciado o atendimento no Cartório Eleitoral nesta data, o qual não foi concluído durante o horário normal de expediente, em razão do adiantar da hora, devendo comparecer novamente a este Cartório em ____/____/____, nos termos do art. 11, da Resolução TSE nº 23.440/2015.</p> <p style="text-align: center;">Local, ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">_____ Chefe de Cartório Eleitoral</p>	<div style="text-align: center;"></div> <p style="text-align: center;">____ª Zona Eleitoral</p> <p>Nome: _____</p> <p>Certifico, para os devidos fins, que o portador da presente senha, teve iniciado o atendimento no Cartório Eleitoral nesta data, o qual não foi concluído durante o horário normal de expediente, em razão do adiantar da hora, devendo comparecer novamente a este Cartório em ____/____/____, nos termos do art. 11, da Resolução TSE nº 23.440/2015.</p> <p style="text-align: center;">Local, ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">_____ Chefe de Cartório Eleitoral</p>
<div style="text-align: center;"></div> <p style="text-align: center;">____ª Zona Eleitoral</p> <p>Nome: _____</p> <p>Certifico, para os devidos fins, que o portador da presente senha, teve iniciado o atendimento no Cartório Eleitoral nesta data, o qual não foi concluído durante o horário normal de expediente, em razão do adiantar da hora, devendo comparecer novamente a este Cartório em ____/____/____, nos termos do art. 11, da Resolução TSE nº 23.440/2015.</p> <p style="text-align: center;">Local, ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">_____ Chefe de Cartório Eleitoral</p>	<div style="text-align: center;"></div> <p style="text-align: center;">____ª Zona Eleitoral</p> <p>Nome: _____</p> <p>Certifico, para os devidos fins, que o portador da presente senha, teve iniciado o atendimento no Cartório Eleitoral nesta data, o qual não foi concluído durante o horário normal de expediente, em razão do adiantar da hora, devendo comparecer novamente a este Cartório em ____/____/____, nos termos do art. 11, da Resolução TSE nº 23.440/2015.</p> <p style="text-align: center;">Local, ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">_____ Chefe de Cartório Eleitoral</p>